



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

## INEXIGIBILIDADE Nº 001/2022

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022

Contrato administrativo para prestação de serviço de assessoria jurídica presencial, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, na sede da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.947.631/0001-15, situada na rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66, Centro – CEP: 36850-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Welison Sima da Fonseca, portador do CPF. N.º27.100.737-06, com gabinete na rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66, Centro – CEP: 36850-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **KIEFER & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.439.571/0001-80, representada pelo profissional **Eduardo Reis Kiefer**, regularmente inscrito na OAB/MG 1.807-A, com endereço na rua: Antônio Thomé, n.º 127, Centro, em Carangola/MG, CEP. 36.800-000, doravante denominada **CONTRATADA**, e de acordo com o constante inexistência de licitação n.º 001/2022, resolvem celebrar o presente contrato, para prestação de serviço de assessoria jurídica, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas, tudo conforme Edital e seus anexos, em conformidade com os dispositivos instituídos pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### DO OBJETO:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O presente contrato administrativo tem como objeto, pelo **CONTRATANTE** a prestação de serviço de assessoria jurídica presencial, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas, cujos serviços compreendem:

a) prestação de serviço por profissional advogado devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, que ficará à disposição da Prefeitura Municipal e que atenderá a todos os setores, Departamentos, a depender da necessidade;

b) a assessoria jurídica contratada engloba os serviços administrativos jurídicos internos, extrajudiciais, com a emissão de pareceres, assessoria em procedimentos administrativos diversos, respostas à consultas de cada Setor, Departamento ou Secretarias contratados, análises de requerimentos, de certidões, declarações, atestados, de qualquer natureza, ofícios administrativo-jurídicos, consultas via-telefone, fax, postal e por sistema de informatização, atendimento, extrajudicial, as solicitações e requisições administrativo-jurídico dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Secretaria Judicial da Comarca, Justiça Federal, Tribunal Regional Federal e demais órgãos administrativos internos, além de outros serviços inerentes ao cargo;

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000  
- Telefone: 0\*\*32 3725-1000

*clm.*



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

- c) Incluem também, nas atividades da assessoria jurídica, o acompanhamento das informações processuais de todos os procedimentos jurídicos em tramitação que tenha a Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas/MG como parte, compreendendo também a análise jurídica dos processos e a emissão de parecer sobre o caso e a obrigatoriedade de acompanhamento em audiências e propositura de peças iniciais ou incidentais;
- d) serviços da assessoria jurídica no acompanhamento e visitas oficial, participação, de alguma forma, em reuniões e seminários, acompanhamento ou formalização de projetos jurídicos de verbas aos órgãos públicos estaduais e federais, acompanhamento, promoções e defesas administrativas ou parciais junto aos Tribunais de Contas da União e Estadual ou em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; assessoria ao Departamento de Compras, acompanhamento de pesquisas de interesse municipal, além de demais questões de alta complexidade jurídica;
- e) assessoria na elaboração de projetos de lei, decretos, portarias e outros diversos atos administrativos de interesse do Município;
- f) a propositura de demandas judiciais, acompanhamentos em audiências designadas, elaboração de peças processuais de qualquer natureza, sejam novas, intermediárias ou incidentais, independente do estado do feito ou do objeto, estão incluídas incondicionalmente no presente procedimento licitatório e, automaticamente, do valor a ser ofertado e buscado pela Administração;
- g) Os serviços englobam, ainda, orientação ao Departamento de Pessoal, atendimento a requerimentos de interessados e contribuintes sobre direitos, garantias e deveres dos servidores; ao Departamento de Licitação, emissão de pareceres acerca dos procedimentos licitatórios e a análise de Edital;
- h) A pessoa jurídica deverá, também, assessorar o Departamento de Tributação, atendendo a requerimentos de interessados e contribuintes sobre impostos municipais e a propositura de execuções fiscais, além de outras orientações inerentes ao Departamento e a Diretoria Municipal de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Turismo;
- i) Assessoria ao Gabinete do Prefeito, envolvendo assuntos e procedimentos judiciais, extrajudiciais que tratam exclusivamente do Município;
- j) a necessidade de viagens a Capital do Estado ou a outros órgãos Federais e Estaduais, para resolução de problemas de pendengas de natureza jurídica, ou a participação em seminários ou encontros de interesse da Prefeitura Municipal, serão pagas por intermédio de valores referentes às diárias dos servidores municipais ou por meio de novo contrato firmado, com individualização do serviço.

*elo.*



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

## DO VALOR:

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Será considerado como valor do contrato a importância mensal de R\$ 8.839,91 (oito mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa e um centavos centavos), totalizando o contrato o valor anual de R\$ 106.042,92 (cento e seis mil e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O preço mensal consta da cláusula segunda.

## DA VIGÊNCIA:

**CLÁUSULA QUARTA.** O presente contrato terá vigência a contar da assinatura deste e perdurará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, observado o prazo máximo legal, acaso haja interesse da Administração Municipal e se mantida os preços ofertados, e o valor poderá ser reajustado, anualmente, mediante índice oficial do Governo Federal e termo aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA.** O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 65, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 38 e parágrafo único do art. 61, todos da Lei nº. 8.666/93.

## DA LICITAÇÃO:

**CLÁUSULA SEXTA.** Fazem parte deste contrato, independentemente de sua transcrição, a proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** A prestação dos serviços ora contratados foram objeto de licitação, sob a modalidade Inexigibilidade n.º 001/2022.

## DAS CONDIÇÕES GERAIS:

**CLÁUSULA OITAVA.** São condições gerais deste contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao **CONTRATANTE** e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O **CONTRATANTE** reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

VIII. O **CONTRATANTE** reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

IX. Qualquer tolerância por parte do **CONTRATANTE**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela **CONTRATADA**, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor, todas as cláusulas deste Contrato e podendo o **TRIBUNAL** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

X. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o **CONTRATANTE** e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da **CONTRATADA** designadas para a execução do seu objeto, sendo a **CONTRATADA** a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

XI. A **CONTRATADA**, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao **CONTRATANTE** o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

XII. A **CONTRATADA** guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE** ou obtidos em



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

XIII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela **CONTRATADA** durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do **CONTRATANTE**, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

## DA RESPONSABILIDADE POR DANOS:

**CLÁUSULA NONA.** A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo **CONTRATANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA.** Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo **CONTRATANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **CONTRATANTE** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA.** Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **CONTRATANTE**, este comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **CONTRATANTE** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não a eximem das responsabilidades assumidas perante o **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA.** Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CONTRATANTE**, mediante a adoção das seguintes providências:

I. dedução de créditos da **CONTRATADA**;

II. execução da garantia prestada;



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

III. medida judicial apropriada.

## DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA:

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Compete exclusivamente a **CONTRATADA**, na consecução do objeto deste Contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA.** A **CONTRATADA** obriga-se a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerado como exclusivo empregador e único responsável por qualquer ônus que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA.** Fica a **CONTRATADA** obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados no **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA.** Vindo o **CONTRATANTE** a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da **CONTRATADA**, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizado a, mediante simples comunicação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da **CONTRATADA**, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Em face da insuficiência de créditos, o **CONTRATANTE** poderá utilizar a garantia prestada ou acionar a **CONTRATADA**.

## OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Incumbe a contratada:

I. Disponibilizar profissionais em condições de atender as necessidades da Prefeitura Municipal;

II. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados em bens de propriedade do Município ou de terceiros, por ação ou omissão, na execução do objeto do contrato, isentando a Prefeitura Municipal de todas as reclamações cíveis ou trabalhistas que possam surgir;

III. Não transferir, subcontratar ou ceder total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do objeto deste Contrato;

IV. prestar os serviços dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, podendo o **CONTRATANTE** recusá-los caso não estejam de acordo com o previsto neste Contrato ou na normatização aplicável à matéria;



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

V. fornecer, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão-de-obra necessária à fiel e perfeita execução deste Contrato;

VI. executar os trabalhos com a devida cautela, de forma a garantir a segurança de informações e dados do **CONTRATANTE**;

VII. instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as orientações do **CONTRATANTE**, especialmente no que tange aos objetivos a serem alcançados com os trabalhos que serão desenvolvidos;

VIII. cumprir os prazos previstos neste Contrato e outros que venham a ser fixados pelo **CONTRATANTE**;

IX. dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência e mesmo após o seu término, a pedido do **CONTRATANTE**;

X. Prestar serviços jurídicos, por profissional devidamente inscrito na OAB pelo menos durante 02 (dois) dias por semana.

XI. Atender as situações emergenciais, comparecendo à sede da Prefeitura Municipal, quando solicitado, no prazo máximo de 12 hs (doze) horas.

## **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Incumbe ao contratante:

I. fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

II. atestar as notas fiscais/faturas, por servidor ou comissão competente, e efetuar os respectivos pagamentos a contratada;

III. aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, na forma da legislação vigente.

IV. assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da **CONTRATADA** aos locais de trabalho;

V. comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;

VI. decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste Contrato;

VII. disponibilizar as informações e dados necessários à execução dos trabalhos pela **CONTRATADA**.

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000  
- Telefone: 0\*\*32 3725-1000



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

## DO PAGAMENTO:

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas/MG, depois da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada, e da liquidação prevista na Lei nº. 4.320/64.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As despesas para a execução destes serviços correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Ficha 150 – Fonte 100

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** O CONTRATANTE incluirá, em suas propostas orçamentárias para os exercícios subseqüentes, a previsão dos créditos necessários para o pagamento da despesa.

## DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

## DA RESCISÃO CONTRATUAL:

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.** O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA.** Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE responderá pelo preço dos serviços estipulado na Cláusula Nona, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

## DAS PENALIDADES:

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.** Pela inexecução total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa,

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000

- Telefone: 0\*\*32 3725-1000

eh.





# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024  
PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o previsto nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantindo-se a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA.** A contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do contrato:

I. advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer obrigações contratuais;

II. multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato, por dia de atraso, no prazo de execução dos serviços e/ou negativa injustificada de fornecimento;

III. multa no valor de 2% (dois por cento) do valor estimado do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, dobrada na reincidência;

IV. suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de até 01 (um) ano;

V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o disposto no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA.** Se o valor da multa não for pago no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da respectiva ciência, será descontado do pagamento devido à contratada, pela contratante, podendo ainda,

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva ciência, sem efeito suspensivo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA.** As sanções previstas neste tópico poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo procedimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **DO PAGAMENTO E DAS MULTAS:**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA.** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado ao **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do Código de Processo Civil. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA.** Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA**, o

Rua Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu, 66 – Centro – CEP: 36850-000

- Telefone: 0\*\*32 3725-1000



# ANTÔNIO PRADO DE MINAS

GOVERNO MUNICIPAL  
2021|2024

PODER EXECUTIVO



*Um novo tempo, uma nova história!*

**CONTRATANTE** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à **CONTRATADA**, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA.** As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

## DO FORO:

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA.** Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, é competente o Juízo da Comarca de Eugenópolis/MG.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente contrato, de acordo com o art. 60 da Lei 8.666/93, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado em 03 (três) vias de igual forma e teor, pelas partes, para que produza os efeitos legais.

Antônio Prado de Minas/MG, 16 de fevereiro de 2022.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS/MG  
Prefeito Municipal

  
Kiefer Advogados Associados  
CONTRATADA

Testemunha 1:

Ass.: 

Testemunha 2:

Ass.: 

*g. - [Handwritten signature]*